



CÂMARA MUNICIPAL DE UBÁ

ESTADO DE MINAS GERAIS

Em sessão recruta:

Aprovado por unanimidade -

PARECER CLJR/057/97, em 11 de agosto de 1997.

Em 18/08/97.

Geraldo Bicalho Calçado
Vereador Geraldo Bicalho Calçado
Presidente da Câmara

Exmo. Sr.

Vereador Geraldo Bicalho Calçado

Presidente da Câmara Municipal de Ubá

Nesta

REF.: PROJETO DE LEI No. 049/97

“Dispõe sobre a denominação de Rua Simpliciano Martins da Rocha a logradouro público dessa cidade”.

Senhor Presidente:

Os Vereadores abaixo-assinados, membros da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, de posse do Projeto de Lei em evidência, emitem o seguinte parecer:

1º.) - Pretende o Vereador Geraldo Bicalho Calçado, a denominação de Rua Simpliciano Martins da Rocha a atual Rua A, do loteamento residencial “Pinico Rocha”, que tem início na Rua TenCel. Assis Ataíde, que não possui denominação oficial instituída por Lei;

2º.) - Junta para tanto, Certidão da Divisão de Cadastro Técnico da Prefeitura Municipal de Ubá e larga justificativa onde discorre sobre a vida do homenageado;

3º.) - A matéria se enquadra na legislação vigente.

Assim sendo, somos de parecer favorável à aprovação.

É o que nos parece, S.M.J.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL:

José Wander Moreira
Vereador José Wander Moreira
Presidente

Miguel Poggiani Gasparoni
Vereador Miguel Poggiani Gasparoni
Titular

Sebastião Antonietto
Vereador Sebastião Antonietto
Titular



Prefeitura Municipal de Ubá
ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI N.º 2.746, DE 20.08.97

Dispõe sobre a denominação de
Rua Simpliciano Martins da Rocha a
logradouro público desta cidade.

O Povo do Município de Ubá, por seus representantes,
decretou e eu, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica denominada RUA SIMPLICIANO MARTINS DA
ROCHA a atual Rua A, do loteamento residencial "Plrico Rocha",
que tem início na Rua Ten. Cel. Assis Ataíde, bairro Santa
Terezinha, que não possui denominação oficial instituída por Lei.

Art. 2º. Fica o Poder Executivo encarregado de mandar
confeccionar as placas indicativas de tal logradouro, afixá-las no
momento oportuno, bem como comunicar tal decisão à Empresa
Brasileira de Correios e Telégrafos.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Ubá, MG, 20 de agosto de 1997.


NARCISO PAULO MICHELLI
Prefeito de Ubá